

Trem da Constituinte já está circulando



Ulysses diz que partido tem dado "toda assistência" a Sarney

PMDB nega falta de apoio a Sarney

Os principais dirigentes do PMDB contestaram, ontem, as críticas do presidente Sarney ao partido, transmitidas ao prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos. O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, afirmou que seu partido tem dado "toda a assistência" ao presidente Sarney e citou como exemplo a reunião extraordinária da Câmara realizada à noite para votar seu pedido de licença para afastar-se do país com destino ao Uruguai, em visita oficial.

O senador José Richa reconheceu que está existindo "um desentendimento e falta de harmonia" entre o governo e o PMDB, mas deixou claro que o partido não tem faltado ao governo.

Mas presidente ainda reclama

Andrei Meireles

As tentativas do presidente José Sarney de ampliar o número e o peso político de interlocutores no PMDB fracassaram. Em consequência, Sarney aumentou suas queixas contra o partido que já atingem inclusive o senador José Richa, em quem apostou alto, esperando, através dele, consolidar uma forte base de sustentação no partido, isolando o deputado Ulysses Guimarães. Não deu certo. O presidente conta, agora, apenas com o grupo oficialista articulado pelo deputado Carlos Santana, que é insuficiente para seus projetos políticos e planos para governar sem tutela partidária. A influência dos governadores, sua primeira alternativa, mostrou-se insuficiente para a viabilização de seu esquema partidário.

A última e ousada cartada de Sarney foi tentar negociar com o PMDB a divisão do poder com o Congresso Nacional, no chamado "parlamentarismo caboclo". ele daria um terço do ministério, com pastas de segunda linha, para o Congresso e ficaria com os cargos-chave para as nomeações. Sua intenção era de adotar agora esse esquema, enviando ao parlamento uma proposta para ser imediatamente aprovada, atropelando inclusive o próprio processo constituinte.

Para viabilizá-lo, sarney escolheu justamente o senador José Richa, notório presidencialista e, também, diretamente interessado na sua sucessão, pois é um dos "presidenciáveis" do PMDB. Richa ouviu a proposta, fez algumas consultas dentro do partido, recusou o papel de negociador e rejeitou a própria proposta de Sarney. Ontem, ele revelou suas principais objeções: "Parlamentarismo não é remédio para crise política. É a adoção do parlamentarismo neste momento seria bastante complicada. Alguns companheiros argumentam que, em plena Constituinte, com o Congresso funcionando apenas uma vez por semana, essa mudança seria inviável".

Busca de apoios
O presidente José Sarney pretendeu assegurar o apoio da maioria do PMDB através da execução de uma política de governadores cujo eixo central foi o chamado "Triângulo das Ber-

Empresário diz que País vive um vazio político

Porto Alegre — Ao prever a possibilidade de um retrocesso institucional, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, afirmou que está havendo "um vazio político no país", e que esse espaço deverá ser ocupado por grupos coesos, como "os trabalhadores, a Igreja ou as Forças Armadas, que indiscutivelmente estão unidas".

Valente afastou a possibilidade de um golpe, pois, na sua opinião, "os militares não arcaiam com o ônus da difícil situação econômica do país". No entanto, sugeriu que "as Forças Armadas deverão passar a exercer maior tutela sobre o poder civil". Apesar de considerar que o presidente José Sarney deve cumprir integralmente seu mandato, o empresário acredita que o presidente "perdeu seu poder político e não irá recuperar-lo num passe de mágica".

Ao criticar os constituintes, o presidente da Federasul afirmou que a Assembleia Nacional Constituinte está se caracterizando por

— Até agora, que mensagem do governo foi rejeitada? Indagou.

Segundo ele, essa falta de entendimento entre o partido e o governo — "que pode ser vista a olho nu" — é decorrente da "desorganização do partido e da falta de propostas claras do governo". Ele não quis, porém, apresentar solução.

O presidente da Constituinte negou que haja falta de apoio do seu partido ao governo, o PMDB, que segundo ele, tem dado assistência ao presidente, "tanto assim que tem realizado sessões extraordinárias na Câmara para votar matérias de interesse do governo".

mudas" — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Teve êxito parcial: conseguiu minar a sustentação política do ministro Dilson Funaro, mas não assegurou o respaldo necessário na Constituinte. Buscou outra alternativa: quis se aliar ao grupo em ascensão dentro da Constituinte — o do líder Mário Covas — nomeando o senador José Richa para o Gabinete Civil. Não conseguiu.

O comando do PMDB, que Sarney queria enfraquecer, acabou fortalecido com o estreitamento dos apoios ao presidente no partido. A cúpula peemedebista também tem muitas queixas de Sarney, mas evita divulgá-las. Um dos principais dirigentes do partido, que pediu para não ser identificado, expressa o pensamento dominante na direção do PMDB: "O Sarney se queixa de falta de entendimento, mas desde o início do ano trabalha ativamente nos bastidores para nos dividir. A atuação do Carlos Santana, orientado pelo Planalto, é óbvia demais".

Exagero
Em público, os dirigentes do partido, como Ulysses Guimarães, procuram minimizar as queixas de Sarney, lembrando que, em todas as votações de propostas governamentais, o PMDB sempre garantiu sua aprovação. O próprio José Richa também recorre a esse argumento para considerar exageradas as críticas de Sarney. Mas ele reconhece a existência do desentendimento e defende a sua urgente superação, apontando inclusive três coisas fundamentais para isto: 1) — maior organicidade do partido numa crítica aberta ao método de direção adotado por Ulysses; 2) — maior determinação do governo; e 3) — uma proposta nítida do governo.

Sarney, diante das investidas fracassadas, aumenta suas queixas por um lado e tenta um acordo com Ulysses por outro. A fixação de um mandato de cinco anos e adoção de um regime semipresidencialista conseguiram a concordância de Ulysses, mas as lideranças partidárias — Mário Covas (Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Luiz Henrique (Câmara) — não endossaram. Querem mesmo os quatro anos. Assim, assegura Carlos Santana, não há acordo: "Quatro anos nem pensar". O desentendimento persiste, sem solução à vista.

parlamentares que têm seus projetos pessoais, como o deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, para a Presidência da República. Para César Rogério Valente, "a sociedade ainda não está amadurecida para o processo democrático".

Apesar de constatar que "os empresários estão desmoralizados politicamente", Valente revelou que apoia a proposta de pacto social. Também criticou a falta de união do empresariado brasileiro.

O governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, disse ontem que os governadores da Amazônia apoiam o presidente da República, principalmente na hora em que o país atravessa uma séria crise político-econômica. A declaração foi feita após reunião reservada com os membros do Fórum dos Governadores da Amazônia, cujo terceiro encontro se realizou ontem, em Curitiba. Os governadores também decidiram lutar pela revogação do Decreto n.º 1.164, que destina uma extensa faixa de terras às margens das rodovias federais à União, além de reivindicarem cinco por cento do orçamento nacional para a região.

Carmen Kozak

O trem da alegria do ex-senador Moacyr Dalla volta a circular, agora na gestão do deputado Ulysses Guimarães, para beneficiar 404 servidores da Câmara e do Senado, que passam a receber, a partir deste mês, gratificações de até Cz\$ 15 mil para trabalharem nas comissões e sub-comissões da Constituinte. Só que 50 por cento destes servidores indicados pelo secretário-geral da Câmara e da Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, não compareceram até agora ao trabalho.

A nomeação destes servidores foi regulamentada no dia 06 de abril, durante a reunião da Mesa da Constituinte. Segundo o ato, seriam nomeados 17 servidores para auxiliarem no gabinete do líder do PMDB da Constituinte; seis para o gabinete de cada um dos quatro membros da mesa; 15 para ajudar na primeira-secretaria; 12 para cada uma das oito comissões; e 11 em cada uma das 24 sub-comissões.

De acordo com o ato n.º 8/87, a nomeação destes funcionários é competência do diretor-geral da Câmara, Adhemar Sabino. As indicações, no entanto, são de

Salário chega a 142 mínimos

Um deputado ou um senador constituinte receberá a partir deste mês salários e benefícios de até Cz\$ 233.528,58 — o equivalente a 142,23 salários mínimos. Isso graças a uma decisão do presidente da mesa da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que aumentou em Cz\$ 50 mil os encargos de gabinete e em Cz\$ 10 mil o auxílio moradia, que são lançados mensalmente na conta corrente dos parlamentares. Nestes cálculos não estão incluídos os jetons que hoje correspondem a Cz\$ 315,48 por sessão.

Nos contra-cheques, no entanto, o resultado é outro e bem menor. Todos os constituintes recebem por mês Cz\$ 33.219,63 bruto, de onde são deduzidos apenas Cz\$ 69,00 imposto de renda. Deste total, Cz\$ 7.596,66 correspondem ao "subsídio fixo" ou salário. O restante fica dividido entre o subsídio variável — Cz\$ 9.464,49 — e ao jeton, que no mês passado foi de Cz\$ 16.089,48. Com o efeito do gatilho salarial do mês de maio a soma destes valores passou para Cz\$ 43.185,58.

Antes do aumento proporcionado pela Mesa, os parlamentares recebiam benefícios indiretos — passagens aéreas, cotas de telefonia, encargos de gabinete,

responsabilidade dos membros da Mesa e da Liderança do PMDB na Constituinte, para os servidores de gabinete, enquanto o secretário-geral da Câmara indica os que ocuparão cargos e funções nas comissões e sub-comissões. Estes são os únicos critérios estabelecidos, não sendo sequer mencionada a realização de provas ou concurso interno.

A medida está causando revolta em muitos funcionários, que apontam os interesses pessoais dos membros da Mesa e da Secretaria-Geral para a ocupação dos 404 gratificações. Até o relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos, Francisco Rossi (PTB-SP) contestou em plenário o que ele considera um "Trem da Constituinte".

Ele afirma, que, pessoalmente, teve muita dificuldade para encontrar funcionários para trabalhar na sua subcomissão. Quando tomou conhecimento que tinha direito a 11 servidores, teve a oportunidade de observar que, no mínimo, 180 não estavam exercendo a sua função.

Como a denúncia foi feita no plenário da Constituinte o deputado Ulysses Guimarães garantiu que a Presidência irá apurar os fatos.

auxílio moradia e tarifa postal — no valor de Cz\$ 120.243,00, dependendo do estado de origem. Mas agora, estes benefícios representam, aproximadamente, Cz\$ 190.343,00 — incluindo os últimos reajustes das tarifas postais, telefônica e passagens aéreas.

De acordo com os atos da mesa todos os benefícios indiretos não podem ser desviados ou transformados em recursos financeiros pessoais do parlamentar. Assim, deveriam ficar estritamente proibidas as utilizações indevidas das verbas destinadas ao transporte, moradia, encargos de gabinete e até mesmo serviço postal. Mas funcionários de diversos gabinetes garantem que, normalmente, os Cz\$ 129.763,00 destinados à manutenção do gabinete e ao aluguel de imóvel residencial, são gastos de diversas formas pelos parlamentares.

Além disso, os servidores da Câmara dizem que alguns parlamentares encontram alguma forma de reaver os Cz\$ 8.100 destinados a remessa de cartas na Empresa de Correios e Telégrafos. Sem explicar como isso é feito já que o Congresso Nacional faz o controle junto à ECT, afirmam que sempre existe uma maneira de burlar as determinações.

Preferência para o PMDB

No meio de tantos atos e favoritismos a liderança do PMDB na Constituinte tem a preferência. Só na sessão do dia 6 de abril, a presidência da mesa da Constituinte assinou oito atos disciplinando despesas com correspondência, transporte, ligações telefônicas e passagens aéreas, sendo que seis incluem unicamente a liderança do partido majoritário.

No caso das passagens aéreas a mesa decidiu que todos os seus titulares terão direito a duas passagens mensais — ida e volta — ao Estado de origem. Mas para o líder Mário Covas ficou determinado que a

Diretoria Geral da Câmara dos Deputados concederá uma passagem ida e volta a qualquer estado da federação. Além disso, garante crédito para postagem de 2.000 cartas e 500 telegramas de até 30 palavras.

O principal, no entanto, é a extensão dos benefícios do "trem da Constituinte", à liderança do PMDB. Segundo o ato, o senador Mário Covas pode solicitar para ajudar em seu gabinete: 1 supervisor-chefe, 1 secretário particular, 3 supervisores de nível Superior, 3 assistentes de nível superior, 4 assistentes de nível médio e cinco auxiliares.

Comissões da Assembléia não respeitam regimento

Bilau Pereira

De todas as nove comissões formadas para os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, incluída a Comissão de Sistematização, apenas uma, a da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, está constituída de acordo com o Regimento Interno — todas as demais apresentam um número anti-regimental, seja por excesso ou por falta de parlamentares. A Comissão de Sistematização é a recordista, com um excesso de quatro nomes — 93 membros ao invés de 89, como manda o Regimento Interno, o que foi motivo de questão de ordem levantada terça-feira pelo PT à Mesa da Constituinte.

O líder do PT, deputado Luiz Inácio "Lula" da Silva (SP), explica o fato como uma metodologia errada tomada pelo PMDB na composição das comissões: "No entendimento do PT, o PMDB teria direito a 24 membros na Comissão de Sistematização e não a 27, como está composto, já que o Regimento Interno da Constituinte assegura assento a todos os partidos do Congresso Nacional, mesmo os que não têm quorum para entrar no critério proporcional como é o caso de quatro partidos".

Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, disse que tudo não passou de uma manobra do PMDB para agasalhar constituintes peemedebistas insatisfeitos com suas comissões. "Os quatro nomes excedentes na Comissão de Sistematização são do PMDB. A questão de ordem já foi levantada e o deputado Ulysses Guimarães prometeu uma resposta em 48 horas". Também o deputado Gastone Righi, líder do PTB, atribuiu o fato ao monopólio, do PMDB, na Constituinte, que não



Quercia diz que mandato já não é prioridade de Sarney

Questão econômica, alvo da Presidência

Depois de passar os últimos dias anunciando a necessidade imperiosa de se estabelecer imediatamente o prazo do seu mandato, sob pena de não ter condições de administrar, principalmente no que se refere a planos econômicos e pagamento da dívida externa, o presidente José Sarney está se convencendo que deve deixar de lado essa preocupação e esperar que a Constituinte defina o mandato, enquanto ele volta todas as suas atenções para a recuperação econômica do país. A informação da mudança do pensamento do presidente da República surgiu ontem, quando o mesmo confessou ao governador de São Paulo, Orestes Quercia, que estava se encaminhando para essa nova posição. Segundo Quercia, Sarney teria afirmado: "Estou me convencendo que você tem razão".

Quercia disse que há muito tempo vem dizendo ao presidente que não adianta ficar na expectativa de uma definição que é política e que envolve a in-

Quercia ainda deseja o MIC

O governador Orestes Quercia voltou a confirmar a continuidade da reforma ministerial, anunciando que o Ministério da Indústria e do Comércio será de São Paulo, em compensação ao do Planejamento, que era de Sayad e ficou com o mineiro Anibal Teixeira. O governador de São Paulo não descartou a possibilidade do deputado Ralph Biasi (anteriormente citado como certo para o cargo) assumir o MIC, mas disse que a decisão é do presidente da República. Quercia chegou a aceitar a provocação de que seria Ulysses Guimarães a indicar o substituto de José Hugo Castelo Branco, declarando: "Quem melhor que Ulysses para indicar um nome".

Mas a reforma ministerial não para no MIC. Sem declinar nomes, o governador de São Paulo disse que o presidente, em data ainda não determinada, fará mais duas ou três mudanças no Ministério

dividualidade de cada constituinte. "Não adianta o PMDB fazer uma convenção para decidir sobre mandato. A convenção é boa para se conversar, se saber das novidades, mas nunca para fechar questão sobre um assunto como o mandato", disse o governador paulista, que acrescentou estar o presidente disposto a lançar um grande plano econômico dentro de poucos dias, um plano, que, segundo o governador, poderá trazer o Brasil a melhores dias.

Quercia confirmou a disposição do presidente e disse que é irrelevante se ficar falando em mandato, preocupado com temas que a Constituinte vai revolver, quando se têm tantos problemas pela frente. O governador mandou um recado às lideranças políticas, que o momento é de união em torno de um programa de salvação da economia nacional e que deve ter o respaldo do Congresso Nacional. Quanto à duração do mandato, a opinião do governador é de que não adianta ficar discutindo se será de quatro, cinco ou seis anos.

"encerrando o ciclo e acertando detalhes para conseguir uma maior base de apoio político".

Quercia disse que o seu estado não está pleiteando outro ministério e que São Paulo apenas deseja contribuir com o Brasil. Sobre a exigência do MIC, o governador, além da justificativa da compensação, diz que faz parte de seu plano de desenvolvimento industrial para o país, principalmente em São Paulo, onde pretende desenvolver um programa de médias indústrias e investimentos maiores com participação acionária do capital estrangeiro.

Se Minas Gerais ou qualquer outro estado está pleiteando um ministério, disse Quercia que não era problema seu e que a visão do presidente é no sentido de fortalecer a Aliança Democrática e o apoio no Congresso.

Rebeldes peemedebistas lêem hoje seu protesto

O deputado Expedito Machado, um dos líderes do Grupo Independente do PMDB, confirmou para hoje a leitura do documento de protesto contra a forma centralizadora e autoritária com que Ulysses Guimarães vem dirigindo o partido, de modo a impedir a atuação e influência dos novos parlamentares. O documento deveria ter sido divulgado na terça-feira, mas foi adiado em virtude de novas avaliações feitas pelo grupo e para colher assinatura de outros companheiros.

Expedito Machado reuniu-se mais uma vez com os coordenadores das bancadas estaduais e com o deputado Gaucho Mendes Ribeiro, outro líder do movimen-

CGT confirma presença em simpósio sobre pacto

São Paulo — "Vamos participar, até mesmo porque precisamos explicar por que é que o pacto social não deu certo no Brasil até agora". Com essa afirmação ao reitor da USP, José Goldemberg, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, "Joãozinho", confirmou ontem presença no simpósio sobre pacto social, evento que será realizado no próximo mês no campus da universidade. "Joãozinho" é o primeiro de uma extensa lista de convidados da sociedade civil que confirma presença no simpósio.

Goldemberg afirmou que a exclusão do governo, no caso o ministério do Trabalho, Almir Pazzianotto,

concluindo que os objetivos foram praticamente alcançados, tendo em vista a receptividade dos companheiros e a reação do presidente Ulysses Guimarães, disposto-se a conversar com o grupo. "O PMDB não pode continuar a ser dirigido por um pequeno grupo que não admite conversas com todas as correntes, e ainda se dispõe a tomar decisões sem nenhuma consulta «a bancada», observou o deputado Mendes Ribeiro.

O documento a ser lido pelo deputado Expedito Machado deverá consignar a formação de um grupo dentro do PMDB, com mais de cem parlamentares.

que falou na tentativa de acordo nacional no início do ano, é proposital. Segundo Goldemberg, o presidente José Sarney quer que a sociedade civil se manifeste livremente e recolha as experiências daqueles que já conseguiram realizar pactos sociais em seus países como forma de superar com tranquilidade o período de transição democrática.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, também foi convidado ontem, mas não confirmou presença. As lideranças empresariais também foram oficialmente contatadas, e todos consideraram positiva a iniciativa da USP.

Deputado goiano defende modernização da Justiça

A culpa da Justiça brasileira ser morosa, deficiente e cara não é dos homens que a compõem, mas da estrutura do Poder Judiciário caracterizado pela lentidão dos processos — o que ensaja a barganha de favores e a corrupção de funcionários como método de agilização — e por leis defasadas diante de uma sociedade que se moderniza.

A denúncia é do deputado Luiz Sover (PMDB-GO), que em

discurso, ontem, do Plenário da Constituinte, propôs a descentralização do Judiciário, através da criação de tribunais regionais da Justiça Federal, como forma de agilizar e tornar mais eficaz o andamento dos processos. Ele defendeu ainda a extensão ao interior de verbas de assistência judiciária gratuita: "Hoje estas verbas só funcionam nas capitais, o que deixa desprotegidas as populações do interior do país".